

**DUAS REVOLUÇÕES - A REVOLUÇÃO RUSSA (1917) E A REVOLUÇÃO ALEMÃ (1918):
SEM PARTIDO DE VANGUARDA A REVOLUÇÃO É DERROTADA
(ENSINAMENTOS PARA OS DIAS ATUAIS)**

**DOS REVOLUCIONES – LA REVOLUCIÓN RUSA (1917) Y LA REVOLUCIÓN ALEMANA
(1918): SIN PARTIDO DE VANGUARDIA LA REVOLUCIÓN ES DERROTADA
(ENSEÑANZAS PARA EL DIA DE HOY)**

**TWO REVOLUTIONS – THE RUSSIAN REVOLUTION (1917) AND THE GERMAN
REVOLUTION (1918): NO AVANT-GARDE PARTY REVOLUTION IS DEFEATED
(TEACHINGS FOR THE PRESENT DAY)**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.32904>

Anita Leocadia Prestes¹

Resumo: No artigo, a partir da comparação da Revolução Russa (1917) com a Revolução Alemã (1918), afirma-se que, sem partido de vanguarda, o processo revolucionário é levado à derrota. Ressalta-se o papel do reformismo como freio à formação de um partido revolucionário. Tal conclusão traz ensinamentos para os dias atuais, sendo abordado o exemplo do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Palavras-chave: Revolução Russa; Revolução Alemã; partido de vanguarda; reformismo; Partido dos Trabalhadores.

Resumen: En el artículo, de la comparación de la Revolución Rusa (1917) con la Revolución Alemana (1918), se indica que, sin partido de vanguardia, el proceso revolucionario es llevado a la derrota. Se destaca el papel del reformismo como un freno a la formación de un partido revolucionario. Esta conclusión trae lecciones para el día de hoy, que es discutido en el ejemplo del Partido de los Trabajadores en Brasil.

Palabras-clave: Revolución Rusa; Revolución Alemana; partido de vanguardia; reformismo; Partido de los Trabajadores.

Abstract: In the article, from the comparison of the Russian Revolution (1917) with the German Revolution (1918), it is stated that, without avant-garde party, the revolutionary process is led to defeat. The role of reformism as a brake on the formation of a revolutionary party is emphasized. This conclusion brings teachings to the present day, being approached the example of the Workers' Party in Brazil.

Keywords: Russian Revolution; German Revolution; avant-garde party; reformism; Workers' Party.

Durante muito tempo, os documentos elaborados e divulgados por distintos partidos comunistas, cuja importância durante o século XX é inegável, estiveram marcados pelo dogmatismo e o consequente voluntarismo que vigoraram no movimento comunista internacional após a morte de V. I. Lênin, em 1924. Nesses textos afirmava-se, com frequência, que os partidos comunistas seriam a vanguarda da classe operária em seus respectivos países. Lênin, entretanto, escrevera: “Não basta intitular-se ‘vanguarda’, destacamento avançado: é preciso também agir de maneira que *todos* os demais

destacamentos vejam e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à frente.” (LENIN, s.d., p. 187; grifos do autor)²

Por outro lado, o movimento revolucionário mundial nunca esteve imune às tendências de espontaneidade - às atitudes de negação da necessidade de um partido estruturado como organização revolucionária, dispondo de um projeto político consistente voltado para a mobilização de amplos setores dos trabalhadores na luta pela emancipação social de todos os explorados pelo capital, ou seja, pela transformação radical da sociedade capitalista e a conquista do poder político com a vitória da revolução socialista.

V.I. Lênin, o grande artífice da Revolução Russa de 1917, combateu o “culto da espontaneidade” e “sua influência no terreno da atividade política e da luta política”. Referindo-se, na Rússia no início do século XX, aos então denominados “economistas” e aos terroristas, escrevia Lênin que “à primeira vista, (...) poderia parecer paradoxal” a afirmação de que ambas as tendências tinham uma raiz comum, pois parecia muito grande “a diferença entre aqueles que enfatizam a ‘luta cotidiana e cinzenta’ e os que preconizam a luta mais abnegada do indivíduo isolado”. Acrescentava, contudo, que isso não era um paradoxo:

Os ‘economistas’ e os terroristas rendem culto a dois polos opostos da corrente espontânea: os ‘economistas’, à espontaneidade do ‘movimento genuinamente operário’, e os terroristas, à espontaneidade da mais ardente indignação dos intelectuais, que não sabem ou não têm a possibilidade de ligar o trabalho revolucionário com o movimento operário para formar um todo. (...)

A atividade política tem sua lógica, que não depende da consciência daqueles que com as melhores intenções do mundo exortam seja ao terror, seja a imprimir um caráter político à própria luta econômica. De boas intenções o inferno está calçado, e no caso presente as boas intenções não bastam para salvar-se da paixão espontânea pela “linha do menor esforço”, pela linha de um programa claramente burguês (...) (Ibidem, p. 179-180)

Com a obra *Que fazer?*, Lênin contribuiu decisivamente para a formação do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), que, após cisão com a ala minoritária e reformista dos chamados *mencheviques*, ficaria conhecido como *partido bolchevique*, ou seja, da maioria dos participantes do II Congresso do POSDR, realizado em 1903. Nessa obra foi esboçado o plano de criação na Rússia de um partido marxista centralizado e combativo, assim como o papel de um jornal clandestino, para todo o país, como uma poderosa arma de unificação dos comitês e grupos locais no âmbito de um único partido. Lênin insistiria na necessidade de um partido como força revolucionária dirigente e organizadora do movimento operário, e deu grande importância aos problemas ideológicos e de organização desse partido. Destacou enfaticamente que “*somente um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combatente de vanguarda*” (Ibidem, p. 138; grifos do autor).

O estudo da história da Revolução Russa é revelador da importância da fundação e da estruturação do POSDR, dirigido por Lênin e os bolcheviques, para a conquista do poder político pela aliança operário-camponesa em novembro de 1917 e a defesa desse poder de toda sorte de ameaças de parte dos inimigos do socialismo. Os ensinamentos da derrota da Revolução de 1905 nesse país contribuíram decisivamente para que o POSDR pudesse preparar-se tanto do ponto de vista orgânico

quanto ideológico e político para a vitória de 1917. Foram anos difíceis de intensa luta interna nas fileiras partidárias, seja contra as tendências voluntaristas seja contra as marcadas pela espontaneidade, durante os quais, com base na teoria marxista e no profundo conhecimento da situação mundial e da Rússia, sob a liderança de Lênin, forjou-se uma organização revolucionária capacitada a conduzir o proletariado russo à tomada do poder político e ao estabelecimento da *ditadura do proletariado* – condição indispensável, segundo os fundadores do marxismo, para a conquista e a manutenção de um regime social em que seria extinta a exploração do homem pelo homem – o socialismo. O partido bolchevique provou na prática que se tornara a vanguarda reconhecida dos trabalhadores da Rússia.³

Ao analisar os acontecimentos que tiveram lugar no curso da Revolução Alemã de 1918-1919, percebe-se que naquele momento, com o final da Primeira Guerra Mundial e a situação existente na Europa Ocidental e em particular na Alemanha, nação derrotada na Guerra, haviam se formado, como na Rússia de 1917, as premissas do que Lênin viria a chamar de uma “situação revolucionária” – a insatisfação generalizada da maioria da população e, ao mesmo tempo, a incapacidade de as classes dominantes continuarem a governar como antes. Na época, atuava no país o numeroso e influente Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), fundado ainda na segunda metade do século XIX e que chegara a conquistar a maioria dos assentos no parlamento, no imponente palácio do Reichstag. Tratava-se de um partido que congregava amplos setores do proletariado industrial alemão e tinha inscrita em seu programa a fidelidade à teoria marxista, mas, desde a virada do século XIX para o século XX, passara a prevalecer em sua direção a corrente reformista de Eduard Bernstein, combatida por Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Karl Liebknecht, fundadores da Liga Espartaquista, grupo de oposição e combate ao reformismo no SPD.⁴

O confronto entre os espartaquistas e a direção do SPD tornou-se particularmente violento durante a votação no parlamento alemão dos créditos para as despesas militares na Primeira Guerra Mundial. Contrariando as resoluções da Segunda Internacional e dos próprios congressos do SPD, os deputados desse partido aprovaram a iniciativa do governo alemão de obter empréstimos para financiar a participação na Guerra. No conjunto dos deputados do SPD, somente Karl Liebknecht votou contra essa medida. Embora os espartaquistas lutassem resolutamente contra o reformismo que passara a imperar na direção do SPD e em especial denunciassem a capitulação dos seus parlamentares diante dos interesses do grande capital, constituíam um grupo recém-criado, pouco numeroso e com presença restrita junto ao proletariado alemão, que durante sua história sofrera forte influência das tendências parlamentaristas com longa vigência no SPD. De acordo com tais posições, a luta pelo socialismo estaria limitada à atividade no parlamento burguês, contrariando os princípios revolucionários postulados por K. Marx e F. Engels e defendidos por Lênin.

Em novembro de 1918, quando, na cidade portuária de Kiel, os marinheiros da frota de guerra da Alemanha resolveram rebelar-se, revoltados com as ordens do almirantado de dar continuidade à Guerra através de ataque militar a navios ingleses, rapidamente receberam a adesão de soldados e trabalhadores das fábricas, dando início à Revolução Alemã, que em poucos dias se espalhou por grande parte das maiores cidades do país:

Em todos os lugares acontecia o mesmo, como se houvesse uma combinação tácita: os soldados das guarnições elegiam conselhos de soldados, os trabalhadores elegiam conselhos de trabalhadores, as autoridades militares capitulavam, rendiam-se ou fugiam, as autoridades civis reconheciam, aterrorizadas e intimidadas, a nova supremacia dos *conselhos de operários e soldados*. (HAFFNER, p. 88; grifos meus)

Na maioria das vezes, contudo, durante esse movimento espontâneo de marinheiros, soldados e operários, os “conselhos operários” não foram escolhidos nas fábricas, como acontecera durante a Revolução Russa de 1917. Quando isso aconteceu, os eleitos eram em geral as lideranças do SPD, que seriam aclamadas em assembleias de massas. Quem ficou à frente dos conselhos foram, em grande parte, os líderes reformistas social-democratas.

As autoridades administrativas civis permaneceram intocadas e continuaram a trabalhar sob a supervisão e sob o primado dos conselhos, tal como elas haviam trabalhado na guerra sob a supervisão e sob o primado das autoridades militares. A revolução não tocou na propriedade privada. Tudo permaneceu como antes nas fábricas. (Ibidem, p. 91)

A revolução não foi socialista, mas uma revolta marcada pela espontaneidade. “As massas que criaram os novos órgãos de liderança e de Estado dos conselhos operários e de soldados não eram espartaquistas ou bolcheviques. Elas eram social-democratas”. (Idem) O proletariado alemão havia sido formado ideológica e politicamente pelo SPD e, dadas as inegáveis conquistas alcançadas através de reformas aprovadas no parlamento, confiava nas lideranças social-democratas e nos caminhos por elas apontados. Os espartaquistas constituíam um agrupamento pequeno, muito perseguido e ainda sem possibilidades reais de influir de maneira decisiva nos acontecimentos.

A tragédia da Revolução Alemã, assim como sua derrota, resultou da traição dos líderes do SPD, que optaram pela defesa e a manutenção do regime capitalista, temerosos do exemplo dos bolcheviques na Rússia. Não vacilaram em desencadear violenta repressão contra o proletariado e os conselhos de soldados e operários e contra as lideranças revolucionárias como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, barbaramente assassinados em janeiro de 1919, a mando dos militares conservadores, com a conivência dos dirigentes do SPD.

Como escreveu Gilbert Badia, “na mesma noite da revolução, o próprio dirigente social-democrata levado ao poder pelo povo... [Friedrich Ebert]... comprometeu-se com a reação militar a restaurar – ou manter - a ordem burguesa”. (BADIA, V.1, p.112)⁵ Também “a ausência de um partido revolucionário, fortemente organizado, livre dos elementos oportunistas, teve consequências trágicas para a revolução alemã.” (Ibidem, p. 128) Em primeiro de janeiro de 1919, a Liga Espartaquista se une a outros grupos comunistas e socialistas para, sob a direção de Rosa Luxemburgo, criar o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

Finalmente passava a existir na Alemanha um partido que se iria esforçar a construir a unidade da classe operária com uma base revolucionária. Mas esta fundação aconteceu relativamente tarde, em plena batalha pelo poder. No próprio seio desse partido novo dominam elementos que subestimam qualquer forma de luta que não seja a luta violenta de massas. (Idem)

Por outro lado, como mostra esse pesquisador marxista, estudioso da história da Alemanha Contemporânea, os espartaquistas pensavam que a vitória não consistiria na tomada do poder, mas “na

transformação da sociedade, resultante de uma série de abalos, de uma série de greves locais, que poderiam acelerar a tomada de consciência pelos operários”. Consideravam que a vitória da Liga Espartaquista não se situaria no início, mas no final da revolução. Só teria lugar com a vitória das grandes massas, de milhões de operários socialistas. Assim, o KPD “rejeitava o aparelho de Estado como meio de formar a consciências das massas”. Passava a “acreditar na *espontaneidade revolucionária* das massas proletárias da Alemanha e rejeitar a um segundo plano o papel de vanguarda organizada do Partido”. Tratava-se de condenar-se antecipadamente a não tomar o poder. Os comunistas alemães não concebiam a luta a não ser como um elemento da revolução mundial, que aguardavam e na qual depositavam esperanças. (Ibidem, p. 129; grifos meus).

Em janeiro de 1919, durante os duros combates que tiveram lugar em Berlim, o KPD não se encontrava em condições de desempenhar o papel de vanguarda da classe operária. Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram contra que na segunda semana desse mês se livrasse um combate decisivo. Desencadeada a luta consideraram, entretanto, que era dever dos comunistas combater ao lado dos operários. A repressão dirigida pelos líderes social-democratas assegurou a derrota sangrenta da insurreição. (Ibidem, p. 132-133).

Até 1923 na Alemanha houve vários levantes operários espontâneos – todos derrotados ferozmente pela burguesia, com a participação ativa dos chefes do SPD. Ernst Thaelmann, secretário-geral do KPD, referindo-se aos acontecimentos de 1923, provocados principalmente pela explosão inflacionária no país, declarou em outubro de 1925 que então existira na Alemanha uma situação “diretamente revolucionária” e “todas as condições para a vitória da classe operária estavam presentes, mas faltava um partido bolchevique”. (Ibidem, p. 201, nota 2) Como assinala Gilbert Badia, não foi casual que em 1923 não existisse tal partido: a burguesia alemã então estava mais forte do que em 1918; os partidos de direita tinham mais influência; e, principalmente o Reichswehr (as Forças Armadas alemãs) não existiam em dezembro de 1918. (Ibidem, p.201-202, nota 2) Certamente, os erros políticos cometidos pelo KPD, tanto de voluntarismo esquerdista quanto de confiança direitista na espontaneidade das massas contribuíram para a derrota do processo revolucionário na Alemanha e a ascensão fascista no início dos anos 1930 (BADIA, V. 1).

Os acontecimentos na Itália nos anos 1919-1920 conhecidos como o “biênio vermelho” assemelham-se, em grande medida, ao trágico desfecho da Revolução Alemã. Com as intensas manifestações operárias então ocorridas na Itália se criara uma “situação revolucionária” que, devido à ausência de um partido bolchevique e à traição dos líderes do Partido Socialista Italiano (PSI), teve como desfecho a derrota do movimento operário e do processo revolucionário. Embora Antonio Gramsci tenha dedicado grandes esforços à formação dos “conselhos de fábrica”, considerados por ele a forma italiana dos soviets, que poderiam vir a constituir a base do poder operário pelo qual se devia lutar, o Partido Socialista, ao qual Gramsci⁶ pertencia nesse período, enveredara pelo caminho do reformismo e do “culto da espontaneidade”, criticado por Lênin. Da mesma maneira que na Alemanha, a perspectiva revolucionária fracassou, abrindo caminho para a ascensão do fascismo (GRAMSCI, V. 1).

Os ensinamentos históricos decorrentes da experiência dos processos revolucionários citados não perderam a atualidade. Tanto no âmbito internacional quanto nos marcos do continente latino-americano e, mais especificamente, do Brasil, as chamadas esquerdas encontram-se hoje sob a influência predominante das concepções reformistas – reflexo da presença e da força da ideologia burguesa junto aos movimentos populares e dos trabalhadores. No início dos anos noventa do século XX, com a derrota da experiência socialista na União Soviética e nos países do Leste europeu, os ideólogos da burguesia mundial encontraram terreno propício para patrocinar uma nova ofensiva em defesa do regime capitalista, para o qual, segundo eles, não existiria alternativa plausível. A única possibilidade de conquistar avanços sociais e políticos para as massas de despossuídos e marginalizados seria através de reformas nos marcos do sistema capitalista.

Essa perspectiva derrotista quanto às possibilidades de um processo transformador revolucionário atingiu setores majoritários de numerosas entidades, partidos e lideranças que se consideraram progressistas ou de esquerda. Passou a vigorar em grande escala o chamado “possibilismo”, ou seja, a concepção de que as esquerdas dediquem seus esforços a conquistar o que seria aparentemente possível, deixando de lado sonhos irrealizáveis. A história das revoluções vitoriosas revela, entretanto, que os revolucionários sempre buscaram tornar possível o que parecia impossível. Em discurso pronunciado no Chile, durante o governo de Salvador Allende, Fidel Castro, o líder da Revolução Cubana, afirmou:

Um verdadeiro revolucionário procura sempre o máximo de mudanças sociais. Mas procurar um máximo de mudança social não significa que em qualquer momento se possa propor esse máximo, senão que, em determinado momento e considerando o nível de desenvolvimento da consciência e das correlações de forças, pode-se propor um objetivo determinado. E uma vez conquistado esse objetivo, propor-se outro objetivo mais à frente. O revolucionário não tem compromisso de ficar parado no caminho.⁷

No Brasil, a eleição presidencial de Luiz Inácio da Silva, o Lula, em 2002, e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, embora em aliança com partidos identificados com os interesses burgueses dominantes, despertou esperanças em amplos círculos progressistas e de esquerda no Brasil e no exterior de que importantes reformas estruturais seriam empreendidas no país, apontando muitas vezes, inclusive, em direção ao socialismo.

Na época, foram poucos os que denunciaram a capitulação frente aos interesses do grande capital internacionalizado registrada na “Carta aos Brasileiros” lançada por Lula antes das eleições⁸. Haviam sido poucos também os partidários da esquerda, como Luiz Carlos Prestes⁹, a se pronunciarem publicamente advertindo que o PT, desde sua fundação em 1980, adotara posições social-democratas, de cunho reformista burguês, como concepção ideológica dominante, embora por vezes encoberta por fraseologia supostamente socialista.

Os governos do PT, empenhados em pôr em prática reformas que beneficiaram em certa medida as camadas mais desfavorecidas da população brasileira, o fizeram com a preocupação de não afetar os interesses do grande capital internacionalizado, contribuindo para os fabulosos lucros dos grupos financeiros – algo reconhecido por importantes banqueiros e pelo próprio ex-presidente Lula. As políticas dos governos do PT jamais puseram em questão os fundamentos do sistema capitalista no país; de acordo

com o receituário reformista, promoveram medidas favoráveis aos mais pobres, sem afetar os interesses dominantes. Tal orientação só pôde ter algum sucesso enquanto a grave crise desencadeada no sistema capitalista mundial, a partir de 2008, não atingiu o Brasil. Os efeitos dessa crise na economia brasileira, a partir principalmente de 2013, revelaram que o receituário social-democrata - cujo desmonte na Europa se tornou visível e inegável -, estava fadado ao fracasso total nas condições de extrema concentração de renda e gritante desigualdade social existentes em nossa sociedade.

O desfecho do reformismo petista foi o golpe jurídico-parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff em 2016, com a intensa ofensiva do capital financeiro internacionalizado frente às consequências da crise que afetou a economia capitalista mundial e à incapacidade dos governos do PT de enfrentá-la seja atendendo aos interesses do capital seja na defesa dos anseios populares.

Com a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro para a presidência da República, os setores mais reacionários do capital financeiro internacionalizado, diante da crise do sistema capitalista, empenhados na defesa dos seus interesses exclusivistas, vêm apostando na implantação no Brasil de um regime de exceção. As medidas que começaram a ser aprovadas, como as reformas trabalhista e previdenciária, certamente levarão à crescente insatisfação popular, cujo desfecho poderá ser a deflagração de revoltas espontâneas contra situações de grande desamparo e desespero de diferentes setores da população. Revoltas espontâneas que, como a experiência tem demonstrado, serão reprimidas com violência pelos “defensores da ordem” a serviço do grande capital.

A experiência mundial tanto da Revolução Russa quanto da Revolução Alemã, registrada neste texto, assim como das lutas que tiveram lugar na Itália durante o “biênio vermelho”, demonstra que, sem um partido revolucionário orgânica e ideologicamente formado para o conquista do poder político, que se constitua em vanguarda reconhecida pelos trabalhadores, pelos explorados e oprimidos, toda tentativa de revolta espontânea das massas despreparadas estará fadada a uma trágica derrota. Demonstra que o reformismo social-democrata constitui o caminho certo para a derrota.

A experiência das lutas populares no Brasil também é reveladora, pois as condições de atraso cultural e de violenta repressão impostas por longos períodos históricos pelas classes dominantes aos setores populares contribuíram decisivamente para obstaculizar a criação de uma organização de vanguarda, inspirada nos ensinamentos de K. Marx, F. Engels e V. Lênin. A ausência de um partido revolucionário à altura dos acontecimentos que marcaram a história brasileira – sem negar a dedicação e o heroísmo de grande parte dos militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922 - permitiu às classes dominantes sempre se entenderem entre si, neutralizando e derrotando os movimentos populares que tentaram conquistar avanços sociais e políticos reais.

Nos dias atuais, a movimentação mais ou menos espontânea de diferentes setores populares e, principalmente, dos trabalhadores poderá transformar-se no caldo de cultura propício à formação de lideranças capacitadas para que um partido revolucionário, reconhecido como vanguarda dos explorados e oprimidos, seja criado e se mostre em condições de dirigir o processo de emancipação social e nacional do nosso povo, cujo objetivo final não poderá deixar de ser o socialismo. Sem enraizamento no seio dos

trabalhadores, sem projeto político com base na teoria revolucionária e sem organização partidária centralizada esses esforços estarão, mais uma vez, fadados ao fracasso.

Referências:

- BADIA, Gilbert. *Histoire de l'Allemagne contemporaine (1917-1962)*. 2 volumes. Paris, Éditions Sociales, 1962.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos (1910-1920)*. V. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919)**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- KRAUZ, Tamás. *Construindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- LENIN, V.I. Que hacer? In: LENIN, V. I. *Obras Escogidas en tres tomos*. Volume I. Moscú, Ed. Progreso, s.d.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social o revolución?* Buenos Aires, Luxemburg, 2010.
- MORAES, Dênis. *Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 121-150.
- PRESTES HOJE. *Rio de Janeiro*, Editora Codecri, 1983.

Notas:

- ¹ Professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada do Instituto de História da UFRJ Doutorado em Economia Política pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou (1975) e doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1989). Atualmente é Revisor de periódico da Revista de História Comparada (UFRJ), Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Coluna Prestes, Luiz Carlos Prestes, Tenentismo, Militares, Partido Comunista Brasileiro, Comunismo, Fascismo. Professora do PPGHC/IH/UFRJ. ORCID: E-mail: lygiaprestes@gmail.com
- ² Tradução do espanhol desta autora.
- ³ As obras de V. I. Lênin constituem a principal fonte para o estudo da Revolução Russa. Para uma análise séria, comprometida com a evidência, do papel desempenhado por V. I. Lênin, ver KRAUZ (2017).
- ⁴ Para os acontecimentos na Alemanha, ver BADIA (1962); HAFFNER (2018).
- ⁵ Tradução do francês desta autora.
- ⁶ Somente em 1921, durante o Congresso do PSI em Livorno, foi criado por Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga o Partido Comunista Italiano, patrocinando uma cisão de esquerda no Partido Socialista.
- ⁷ CASTRO RUZ, Fidel. *Fidel en Chile: textos completos de su diálogo con el pueblo*. Santiago, Quimantú, 1972, p. 90, citado em BORÓN, Atilio A.. Estudio introductorio. In: LUXEMBURGO (2010, p. 74); tradução do espanhol desta autora.
- ⁸ Ver, por exemplo, OLIVEIRA (2003, p. 121-150).
- ⁹ Ver por exemplo, Entrevista com Luiz Carlos Prestes. In: PRESTES HOJE (1983, p. 57); e MORAES (1997, p. 322).